

RELATÓRIO

Missões pelo Direito à Água e ao Saneamento

**RECIFE e
PAULISTA**



Habitat
para a Humanidade®
Brasil

2024

Relatório Missões Pelo Direito à Água, Saneamento e Higienização Pernambuco



As Missões Pelo Direito à Água, Saneamento e Higienização ocorreram nas cidades de Recife e Paulista, com envolvimento dos seguintes parceiros e aliados

Fórum Nacional de Reforma Urbana

Grupo Espaço Mulher de Passarinho

Cidadania Feminina

Coletivo Força Tururu

Projeto Saber Mais

EcoMangue Comunidade da Linha

Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ações (Cendhec)

Centro de Educação Popular e Assistência Social de Pernambuco (CEPAS)

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)



2024

ficha técnica

Habitat para Humanidade Brasil

Diretoria Executiva

Socorro Leite

Gerência Nacional de Incidência Política

Raquel Ludermir

Coordenação de Articulação e Incidência Política

Autá Azevedo

Assessoria de Incidência Política

Marina Cysneiros

Adnamar Santos

Coordenação de Comunicação Institucional

Débora Britto

Assessoria de Comunicação para Incidência Política

Ju Motter

Relatora Responsável pela Missão pelo Direito à Água e ao Saneamento - Recife

Yasmin Rodrigues

Analista de Pesquisa e Incidência Política Habitat para a Humanidade Brasil

Colaboração

Bernadete Alves

Ingrid Barbosa

Tamires Rodrigues da Silva

Revisão Técnica

Yasmim Pamponet Sá

Fotografias

Coletivo Revelar.Si

Diagramação

Renata Macêdo

Como citar: HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL. **Missão pelo Direito à Água e ao Saneamento: Recife**. Habitat Para a Humanidade Brasil: Brasil, 2024

sumário

Missões pelo Direito à Água, Saneamento e Higienização - Recife	05
Água é um direito, saneamento é o básico!	
1. Recife	06
2. Tururu	07
3. Comunidade da Linha	08
4. Ocupação 8 de Março	10
5. Córrego do Euclides	12
6. Morro da Conceição	13
7. Passarinho	14
8. Vila Santa Luzia	15
9. Recomendações	16
Referências	17

Missões pelo Direito à Água, Saneamento e Higienização - Recife

Água é um direito, saneamento é o básico!

Nos dias 24 e 25 de maio de 2024, a cidade de Recife recebeu a Missão Pelo Direito à Água e ao Saneamento, que visitou 7 territórios: Comunidade da Linha, Tururu, Ocupação Oito de Março, Córrego do Euclides, Morro da Conceição, Vila Santa Luzia e Passarinho. A missão foi construída coletivamente por uma rede de 8 organizações: Coletivo Força Tururu, Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ações (Cendhec), Projeto Saber Mais, Grupo Espaço Mulher de Passarinho, EcoMangue Comunidade da Linha, Centro de Educação Popular e Assistência Social de Pernambuco (Cepas), Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e Cidadania Feminina.

A metodologia utilizada pelas missões adapta à realidade brasileira o perfil de missões de relatoria do Sistema ONU, identificando os pontos críticos de cada comunidade em relação a determinada temática. A Comitativa Nacional de Incidência Política da Habitat para Humanidade Brasil coordenou os trabalhos de campo e torna pública a sistematização dos dados produzidos em colaboração com todos e todas presentes.

O objetivo deste relatório é tornar visíveis os desafios enfrentados pelas populações locais e as mobilizações políticas comunitárias pelo direito à água e ao saneamento, bem como propor recomendações que convoquem os gestores públicos a se empenharem na mitigação dos danos produzidos pela ausência da garantia de direitos nos territórios vulneráveis. A luta pelo direito ao saneamento básico¹ orientou a seleção dos territórios e, em cada um deles, foi possível promover rodas de conversa, conhecer a história local por meio da narrativa dos habitantes, visitar as casas, produzir registros fotográficos e realizar caminhadas guiadas pelos moradores e moradoras.

Este relatório foi dividido em oito seções, sendo a primeira dedicada a um panorama sobre a situação da água e do saneamento na cidade de Recife, enquanto as demais foram divididas por território para agruparem a descrição das violações de direitos à água e ao saneamento verificadas. Por fim, foram sistematizadas recomendações elaboradas coletivamente e destinadas ao poder público, com o objetivo de reverter o quadro de violações e construir espaços de fortalecimento da democracia.

¹ Saneamento básico é o conjunto de políticas públicas de acesso a água, saneamento e higiene, considerando coleta de lixo, drenagem fluvial, presença de banheiros de uso exclusivo nas residências, água encanada e de boa qualidade e esgotamento sanitário.

1. Recife

A capital do Estado de Pernambuco tem uma população de 1.488.920 pessoas. Nela, há 177.880 domicílios sem conexão com a rede geral de esgoto, onde vivem 497.963 pessoas, 40.488 domicílios sem abastecimento de água, onde vivem 108.441 pessoas, 2.677 domicílios sem banheiro, onde vivem 5.792 pessoas e 9.204 domicílios sem coleta de lixo, onde vivem 25.698 pessoas (IBGE, 2022).

Tabela 1 – Caracterização dos domicílios de Recife

Domicílios sem conexão com a rede geral de esgoto	Domicílios sem abastecimento de água	Domicílios sem banheiro de uso exclusivo	Domicílios sem coleta de lixo
177.880	40.488	2.677	9.204

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração Habitat para a Humanidade Brasil

A cidade está na 76ª posição no [Ranking do Saneamento](#) de 2024 elaborado pelo Instituto Trata Brasil, o qual inclui os 100 municípios mais populosos do país. Ela subiu duas posições em relação ao último ano, o que não se percebe em termos de melhorias práticas na vida das pessoas dos territórios visitados.

A Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), fundada em 1971, é a prestadora de serviço responsável pela distribuição de água e tratamento de esgoto na cidade. Constituída como uma sociedade de economia mista, a empresa tem o Estado de Pernambuco como seu maior acionista, estando a ele vinculada por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Saneamento.

Recife é a segunda capital do país com maior número de habitantes vivendo em favelas, [564 mil pessoas](#) (G1, 2013), ficando atrás apenas de Salvador. Um dos principais problemas enfrentados pelos moradores dessas localidades é a falta de saneamento básico.

2. Tururu

Tururu, no bairro do Janga, região metropolitana de Recife, foi fundada em 1960 (FOTOCOMUNICAÇÃO, s./d.) e sofre há décadas com a violência policial. Conflitos armados são frequentes e marcam a memória dos moradores, como demonstrou a pesquisa realizada pelo Coletivo Força Tururu (MARCO ZERO, 2020), a qual afirma que 92% dos habitantes relatam já ter presenciado cenas de violência, seja dentro ou fora de casa. A rotina violenta é agravada pelo cenário de descaso do poder público com a rede de esgotamento. Isso porque as pessoas da comunidade vivem sob conflito constante e, ainda, precisam se preocupar com o adoecimento causado pelas ruas inundadas por dejetos quando a chuva cai, além de conviver com o mau cheiro constante dos filetes de água suja e contaminada que percorrem todas as ruas da comunidade. A situação não é apenas desagradável, mas uma grave violação ao direito fundamental à dignidade humana, previsto no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal de 1988.

Amanda, moradora da comunidade há 35 anos, contou que o cenário permanece, hoje, como há décadas. Ela é responsável por seu filho, cadeirante, e ambos ficam sem possibilidade de locomoção quando chove, já que as ruas alagam e não há calçamento. A casa se torna uma prisão e impossibilita que qualquer situação de emergência seja atendida. A mesma moradora mostrou o pé, infeccionado após ter pisado na água contaminada que passa pela sua rua. Além da sobrecarga financeira da maternidade, agravada pela deficiência do seu filho, que demanda gastos, Amanda ainda paga 450 reais de aluguel mensalmente. Ela mora no Beco do Mussum, que recebeu esse nome devido ao aparecimento de uma cobra comum pela comunidade em dia de chuva e alagamento. A situação é calamitosa e coloca mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência em risco, agravando a saúde e a vida dessas pessoas.

As histórias dos moradores da comunidade se encontram pelo aspecto da necessidade: a ida para o Tururu se deu, quase sempre, pela necessidade ou, ainda, pela relação familiar já constituída pelas gerações anteriores. Certo é que ninguém escolhe viver sob condições insalubres, mas as pessoas são a elas submetidas pela falta de políticas públicas. A comunidade Tururu necessita, urgentemente, para garantia dos direitos à moradia digna, à saúde e à dignidade humana, de esgotamento sanitário, bem como de destinação e tratamento adequado dos resíduos. O Coletivo Força Tururu, que produz midiativismo, pesquisa e mobilização comunitária, produziu vídeos durante a missão, que podem ser acessados [aqui](#).

Parte da comunidade Tururu é formada pela Ocupação Floresta, uma ocupação que iniciou em 2016 e onde, até hoje, as pessoas vivem sem acesso à água potável. Os moradores precisam se deslocar até uma torneira compartilhada que, segundo relato, é subterrânea. Os impactos são diversos na saúde, sobretudo, da coluna, mas também no aspecto gastrointestinal, já que não se sabe a origem, tampouco

a qualidade dessa água. Para se prevenir de diarreias e parasitas, parte do custo para sobreviver envolve comprar água mineral, o que sobrecarrega financeiramente as famílias já pauperizadas. Além disso, não há esgotamento sanitário, o que faz com que os dejetos in natura se misturem às poças formadas pelas chuvas nas ruas. Tudo isso demonstra graves violações dos direitos à água, ao saneamento e à dignidade.

Figura 1 – Tururu



Fotografia: Anne Lírio. Acervo Habitat Brasil

3. Comunidade da Linha

A [Comunidade da Linha](#) é formada por duas Comunidades de Interesse Social, totalizando 1.758 moradores. Ela fica localizada na Zona Sul de Recife e passa por um conflito fundiário com a empresa Ferrovia Transnordestina Logística, devido à ocupação dos arredores da linha férrea. Mesmo durante a pandemia, a empresa não diminuiu esforços para promover remoções forçadas, o que mobilizou a resistência dos habitantes e da sociedade civil, tendo sido um dos territórios em luta pela Campanha despejo Zero. O Coletivo Comunidade da Linha Resiste tem lutado por direito à moradia e justiça social, organizando os moradores para a luta coletiva.

Além de ser entrecortada pela linha férrea, a Comunidade da Linha fica muito próxima à pista de pouso do Aeroporto Gilberto Freyre – o que foi identificado, durante a missão, como fator de insegurança habitacional aos moradores, visto que a ventania causada pelas aeronaves influencia na estabilidade dos telhados, além de gerar barulho alto e constante.

No território da Comunidade da Linha, localizada também na zona de amortecimento da

Unidade de Conservação da Mata Engenho Uchoa, existem lagos fragmentados de origem dessa zona verde. No entanto, há esgoto desembocando neles ao mesmo tempo em que algumas famílias o utilizam para a pesca. Nesse sentido, fica evidente que os peixes estão contaminados, pois vivem em um corpo hídrico significativamente poluído. Já existem diversos pedidos à Autarquia de Manutenção de Limpeza Urbana de Recife (EMLURB) para a realização de capinação e drenagem, os quais, no entanto, ainda não foram atendidos.

É possível observar muito acúmulo de lixo por toda a comunidade e inúmeros pontos de esgoto a céu aberto. São muito comuns os casos de dengue e zika, sobretudo diante das mudanças climáticas, que vêm influenciando o aumento de ocorrências dos casos nos Estados (FIOCRUZ, 2024). A missão identificou graves violações dos direitos à saúde, à água, aos modos de vida tradicionais, como a pesca, e ao saneamento. O coletivo socioambiental EcoMangue, fundado por uma das lideranças do território, tem realizado trilhas, rodas de diálogos e mutirões de limpeza pela Unidade de Conservação da Mata Uchoa, com o objetivo de fortalecer a construção da consciência coletiva dos moradores, estudantes e sociedade civil em geral sobre a importância do estabelecimento de comunidades sustentáveis, resilientes e mais justas.

Figura 2 – Comunidade da Linha



Fotografia: Maria Eduarda de Oliveira. Acervo Habitat Brasil

4. Ocupação 8 de Março

Com o agravamento das desigualdades produzido pela pandemia de Covid-19, há três anos, cerca de 350 famílias ocuparam um terreno no bairro da Boa Viagem, em Recife. No total, quase mil pessoas foram mobilizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) para reivindicar seu direito à moradia. Entre elas, está Danielle Abravanel, mulher negra e trans, que nos contou que, pela primeira vez, conseguiu ter “um canto, né? É a primeira coisa que todo mundo devia ter, um canto pra chamar de seu, pra ter suas coisinhas, seu espaço”. Segundo ela, 85% da ocupação foi formada por mulheres cis e trans, negras, indígenas, mães solo com seus filhos e, por isso, o nome é dedicado ao dia internacional de luta pelos direitos das mulheres. Tudo começou com barracos de lona, mas, atualmente, o espaço conta com algumas construções.

Toda a rede de distribuição de água foi construída pelos próprios moradores, assim como tudo lá: pela gestão comunitária, eles emendaram uma torneira ao cano mestre e conseguiram construir o abastecimento para uma caixa d’água de dois mil litros. Isis, militante do MTST, disse que “as águas não chegam no barraco das pessoas, geralmente a gente tem um único ponto de água para toda a ocupação, que é feita pelas próprias pessoas do território. Se não fosse isso, a gente não teria nada”. Entretanto, pela quantidade de gente, a água costuma faltar muito: “tem vez que chega todo dia, tem vez que falta água [durante] 2, 3 dias seguidos... não dá pra saber quando vai ter”, contou Danielle.

Além disso, a qualidade da água não é boa, fazendo com que os moradores precisem comprar galões: “aqui, hoje em dia, muita gente não toma mais água da torneira, tem que comprar água mineral. Muita gente já ficou doente, já teve criança internada porque teve bactéria da água. Eu mesma, agora, compro minha água, tenho que ter meus 7 reais sempre separado para comprar água. Aqui na minha casa, um galão dura 3 dias. Quando não tem, toma no vizinho”. Danielle mora sozinha, mas relata que há famílias formadas por cinco crianças e uma mãe solo, o que certamente faz com que o gasto com água mineral seja bem maior.

Na localidade, também não há saneamento, o que faz com que os moradores convivam com dejetos: “dentro da ocupação é esgoto aberto, toda água de banho, tudo isso é passado na porta dos moradores”. Há cinco banheiros coletivos, três com vaso sanitário e dois apenas para banho – onde até existem chuveiros, mas, dependendo da pressão da água, eles não funcionam e é preciso tomar banho utilizando balde e caneca. Naqueles onde há sanitário, a ligação para escoamento da água é do tipo “boca de lobo”. Também conhecida como bueiro, essa é uma estrutura de drenagem que leva a água

para uma fossa, que, nesse caso, fica fora do terreno da ocupação e já existia quando os moradores chegaram. O restante da água descartada por eles, como no banho ou no uso doméstico, passa pela superfície do solo, criando vários pequenos córregos pelo caminho.

A regularização fundiária é extremamente importante para os moradores da Ocupação Oito de Março, a fim de garantir o direito à moradia para as famílias e efetivá-lo por meio de políticas públicas de distribuição de água potável, instalação de rede de esgoto e melhorias habitacionais, como construção de cômodos individuais e reforma dos que foram construídos de maneira improvisada. Garantir a dignidade dessas famílias é promover cidadania e reconhecer a luta histórica do movimento social que, há anos, vem organizando trabalhadores para os seus direitos de forma solidária, comunitária, colaborativa e representativa.

É preciso, ainda, denunciar que a escassez de água tem sido utilizada como ferramenta de opressão contra os movimentos de moradia, como relatou Isis: “a primeira coisa que fazem na reintegração de posse é cortar a água”. Submeter as pessoas a tortura dessa maneira não pode ser admitido em um Estado Democrático de Direito, no qual a vida, em sua integralidade, deve ser o bem tutelado com maior prioridade em qualquer circunstância.

Figura 3 – Ocupação 8 de Março



Fotografia: Maria Eduarda de Oliveira. Acervo Habitat Brasil

5. Córrego do Euclides

Há quase dez anos, a comunidade, que fica na Zona Norte de Recife, [ocupa os noticiários pela falta de água](#). A missão chegou à comunidade por meio da Cidadania Feminina, organização formada por moradoras do local, que atua na luta pelo fim da violência doméstica e do racismo. Parte dos relatos dos moradores denunciaram a falta de qualidade da água, que, segundo contam, chega a vir misturada a ferrugem, com cor e sabor. Outros denunciaram, ainda, a falta de água. Ou seja, não há fornecimento ininterrupto de água nas residências e, quando há, é de péssima qualidade.

Dona Josefa, moradora antiga do Córrego do Euclides, relatou que a água não chega em sua casa há oito anos. Entretanto, as cobranças chegam mensalmente. Ela revelou não pagá-las, já que não acessa o serviço e precisa buscar água na casa dos vizinhos. Outra moradora relatou: “na minha casa, ficou um ano sem chegar água e eu pagando a conta, eu precisava pagar carro-pipa. Hoje em dia, são dois dias com água e um sem”. As pessoas que não possuem caixa d’água precisam armazenar água em tonéis e recipientes inadequados, como garrafas reutilizadas.

Quem está trabalhando em prol da garantia de direitos, como as Organizações Não-Governamentais, precisam enfrentar os mesmos desafios: membros da ONG Cidadania Feminina relataram que a instituição estava sem água naquele período porque um vizinho violou o cano que a abastecia. Isso também acontece com os prestadores de serviços básicos, como postos de saúde e escolas, que, segundo relatos, já ficaram com o funcionamento suspenso por falta de água.

Figura 4 – Córrego do Euclides



Fotografia: Anne Lírio. Acervo Habitat Brasil

6. Morro da Conceição

A comunidade do Morro da Conceição realiza [o maior festejo religioso da cidade de Recife](#), em homenagem à Imaculada Conceição, chegando a receber um milhão de pessoas no dia 8 de dezembro, atualmente feriado municipal (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2023). A santa é representada por uma imagem de 3 metros de altura, que pesa 2 mil quilos, vinda da França em 1904, atraindo moradores para o local. O tamanho do festejo, entretanto, não corresponde ao empenho público pelo dia a dia dos moradores, que, há anos, convivem com a falta ou má qualidade da água, além de completo descontrole sobre seus horários de fornecimento.

Em parceria com a Habitat Brasil, por meio do Edital de Apoio a Iniciativas de Promoção do Direito à Água e ao Saneamento, no último ano, o Projeto Saber Mais, no Morro da Conceição, desenvolveu o projeto Águas do Morro, de educação ambiental para crianças e adolescentes. Ewerton, que coordenou o trabalho, conta que:

O projeto Águas do Morro despertou uma grande luta no Saber Mais e a gente sabia a dificuldade que a comunidade tinha em relação à água, mas não conhecia a fundo. No projeto, uma das primeiras etapas é desenvolver uma pesquisa e diagnosticar os principais problemas da nossa comunidade. Quando a gente viu, era algo desesperador! O Morro da Conceição não é grande, mas é muito ruim o abastecimento de água. Na festa do Morro, em novembro, quem mora longe da igreja fica sem água. Diariamente, alguns moradores recebem água, outros não. Ainda, existem algumas casas que não têm banheiro dentro de casa. Como a criança vai tomar um banho pra vir pra aula?

Foi por meio dessa iniciativa e desse questionamento que a missão chegou à comunidade. A distribuição de água no local é irregular, com muita intermitência, deixando a rotina das pessoas à mercê do parco serviço. O mais comum, de acordo com as moradoras ouvidas durante a missão, é que a água chegue às torneiras de 4 em 4 dias. A comunidade possui um histórico de luta pelo acesso à água, pois, quando os primeiros moradores se estabeleceram, não havia sequer encanação para que a água subisse para as casas. Com o tempo, as redes de distribuição foram sendo criadas, mas o fluxo de água não é constante. Observa-se, portanto, que o direito à água está sendo gravemente violado no Morro da Conceição, devido à intermitência do fornecimento.

Figura 5 – Morro da Conceição



Fotografia: Anne Lírio. Acervo Habitat Brasil

7. Passarinho

A comunidade Passarinho surgiu na década de 80, é formada majoritariamente por mulheres e historicamente sofre com o descaso do poder público em relação a saúde, educação, mobilidade, água e saneamento. O estado do local é calamitoso em muitos aspectos, aprofundando as desigualdades para mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência. Há três anos, a plataforma Marco Zero registrou o cotidiano desesperador da falta de políticas públicas e identificou que a água só chega uma vez por semana na localidade.

O tempo passou, mas nada mudou. Segundo Edicleia, moradora local: “Passarinho tem água uma vez por semana e continua assim. Era 24h e agora é menos de 6 horas. O cara abre a hora que ele quer, 15h, 16h, 17h, no outro dia 7h da manhã a água já foi embora”. Nesse contexto, as mulheres, que ficam sobrecarregadas pelo serviço doméstico e de cuidado, não têm sequer autonomia sobre a gestão do próprio tempo, que fica à mercê do controle de outra pessoa sobre a ligação ou não da bomba de água para a comunidade.

No período chuvoso, as pessoas sofrem com inundações constantes, pois não existe escoamento para a água nem drenagem. O esgoto corre a céu aberto em vários trechos, exigindo que pessoas com mobilidade reduzida precisem disputar com os carros a passagem pelas ruas.

Figura 6 – Passarinho



Fotografia: Anne Lírio. Acervo Habitat Brasil

8. Vila Santa Luzia

A comunidade de Vila Santa Luzia fica localizada no bairro da Torre, na Zona Oeste de Recife. No local, a equipe da Habitat Brasil foi recebida pelo Centro de Educação Popular e Assistência Social Santa Paula Frassinetti (Cepas).

Embora a comunidade conste como saneada, devido a um projeto financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizado na década de 80, o que foi encontrado na caminhada realizada pela missão foi diferente. A comunidade paga 100% da taxa de esgoto, que vem adicionada à conta de água. Apesar disso, moradores denunciam que a água frequentemente chega às torneiras com tonalidade escura.

Segundo Bernadete Alves, moradora do bairro e integrante do Cepas, “a comunidade foi crescendo pra cima e as novas construções foram misturando fossa, esgoto e água. Com a construção de prédios ao redor da comunidade, a rede foi ficando sobrecarregada”. Há muitas moradias precárias e uma região de palafitas urbanas acima do esgoto, a Ocupação Vila Mangue, onde os moradores despejam os dejetos direto na água. Nessa região, que fica às margens do Rio Capibaribe, não há abastecimento de água ou saneamento, em que pese estar localizada a poucos metros da Subestação Elevatória da Compesa.

5. Recomendações

Que seja garantido o direito à posse à Ocupação 8 de Março, com implementação imediata de políticas públicas de abastecimento de água e construção de rede de esgoto;

Aos territórios Tururu, Passarinho e Comunidade da Linha, pelos constantes alagamentos em razão da chuva, recomenda-se à Companhia de Água e Esgoto de Pernambuco (Compesa) que realize a criação de rede de drenagem pluvial, bem como estrutura de esgotamento;

Que a Defensoria Pública realize busca ativa para compreender e atender às demandas das comunidades da Linha e Tururu, que estão situadas em zonas de conflito fundiário.

REFERÊNCIAS

COMUNIDADE da Linha Resiste: Relatório de Pesquisa Social. Apresentação da issue, 27 de abr. de 2021. Disponível em: https://issuu.com/ivanmoraespsol/docs/relat_rio_comunidade_linha#google_vignette. Acesso em: 10 ago.2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento 2024**. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Tabela-Completa-Ranking-do-Saneamento-de-2024-TRATA-BRASIL-GO-ASSOCIADOS.pdf>.

LEVANTAMENTO mostra que Recife tem 564 mil pessoas morando em favelas. **G1**, Recife, 04 de dez. de 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/peernambuco/noticia/2013/12/levantamento-mostra-que-recife-tem-564-mil-pessoas-morando-em-favelas.html#:~:text=Um%20levantamento%20divulgado%20nesta%20quarta,habitam%20esse%20tipo%20de%20moradia>. Acesso em: 10 ago.2024.

MORADORES do Córrego Euclides sofrem com falta d'água desde fevereiro. **Globoplay**, Rio de Janeiro, s./d. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2681531/>. Acesso em: 10 ago.2024.

MORRO da Conceição é território de fé ligado à chegada de imagem com três metros de altura. **Folha de Pernambuco**, Recife, 17 de abr. de 2023. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/especiais/guia-recife/morro-da-conceicao-e-territorio-de-fe-ligado-a-chegada-de-imagem-com/266616/>. Acesso em: 10 ago.2024.

PESQUISA expõe a rotina de violência em Tururu. **Marco Zero**, Recife, 28 de jan. de 2020. Disponível em: <https://marcozero.org/pesquisa-expoe-a-rotina-de-violencia-em-tururu/>. Acesso em: 10 ago.2024.

TURURU. **Fotocomunicação**, s./d. Disponível em: <https://fotocomunicacao.wordpress.com/comunidades/tururu/>. Acesso em: 10 ago.2024.

